



Cerimónia de doutoramento honoris causa: elogio de Kay Rala Xanana Gusmão

Autor(es): Bernardes, José Augusto Cardoso

Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/32466>

Accessed : 2-Nov-2017 00:01:39

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.





FL·UC/1911·2011

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CERIMÓNIA DE DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA*
Elogio de Kay Rala Xanana Gusmão

Magnífico Reitor Cancelário;
Senhoras e Senhores Membros do Governo da República Democrática de Timor Leste;
Senhores membros do Governo de Portugal;
Prezadas e prezados Colegas do Conselho Geral;
Senhoras e Senhores membros do Senado;
Exm^{as} autoridades académicas, civis, militares e religiosas de Portugal e da República Democrática de Timor-Leste;
Caras e caros Colegas: Doutores, Assistentes e Leitores;
Senhoras e Senhores funcionárias e funcionários,
Caras e caros estudantes;
Minhas Senhoras e meus Senhores

1.

Um dos fatores que melhor distinguem uma boa Universidade é a exigência com que atribui os seus graus.

Mas sendo teoricamente consensual, este princípio não é fácil de manter, sobretudo em determinadas conjunturas. Desde os critérios de acesso dos estudantes até aos métodos de avaliação, passando pela seriedade da oferta formativa, são muitas as tentações de complacência.

E nada existe de novo a este respeito. De uma maneira ou de outra, a Universidade portuguesa tem-se visto confrontada com essas tentações, desde há 721 anos. Desde o tempo do senhor D. Dinis, portanto, que a instituição universitária luta por se manter na senda do rigor e reivindica uma independência que, em boa verdade, nunca lhe foi cabalmente consentida. Desejosos de a controlar, os vários poderes (desde os poderes régio, eclesial até aos poderes político e económico dos nossos dias) de tudo têm feito. Mas se quisermos ser justos connosco próprios,

temos que reconhecer que a Universidade tem resistido – em algumas ocasiões, pode mesmo dizer-se que tem resistido “notavelmente”. E quanto lhe tem custado essa atitude de insubmissão... tem-lhe valido muitas incompreensões, desde logo (vista de fora, a Universidade é, de facto, uma realidade muito difícil de compreender); e tem-lhe valido anátemas: o primeiro – o mais insistente de todos os anátemas – é o da torre de marfim. Trata-se de um apodo de circulação internacional (já registado no século XVIII), mas que ainda hoje vem muitas vezes à colação para significar a suposta indiferença dos universitários pelo mundo que os envolve; para se defender dessa crítica, que sempre considerou injusta, a Universidade deitou recentemente mão de um outro lugar-comum, que tem vindo a devolver, com igual veemência, aos que a acusam de pretender viver à margem da realidade: falo do que depreciativamente se costuma designar por *empresarialização*. Reagem assim os universitários contra uma lógica produtivista e gestionária que os enleia e lhes subtrai muitas energias que poderiam ser gastas no trabalho verdadeiramente académico; *mas, o que é ainda pior, vêem-se muitas vezes confrontados com o predomínio da quantidade indiferenciada, em detrimento daquilo que, na Academia, deveria estar sempre à frente de tudo: o escrutínio da qualidade.*

Não é fácil de distinguir o que existe de substantivo nesta “batalha de imagens”. Algo haverá, sem dúvida. À luz de uma ponderação mais serena, apetece pensar que qualquer destes anátemas se aproxima da caricatura. E a caricatura é, como se sabe, um dos processos de representação mais insidiosos que os manuais de Retórica registam. Nessa medida, embora contendo uma boa parcela de verdade (não há que negá-lo), um e outro anátema acabam por ser desfiguradores; como, de resto, são desfiguradoras (por vezes cruelmente desfiguradoras) todas as caricaturas.

382

E, no entanto, não pode negar-se: gostaríamos todos muito que a Universidade fosse um lugar de mais sossego!... Sabendo que não é assim, que não pode ser assim, não nos conformamos: ou consumimo-nos numa exasperação sem descanso ou refugiamo-nos na imaginação de arcádias perfeitas: onde haveria tempo para tudo e onde a convivialidade académica se faria sempre em registo de civilidade e entreajuda (nem despeitos, nem competição ansiosa): um verdadeiro

éden intelectual. A verdade, porém, é que nenhum sociólogo, nenhum historiador da Universidade certifica que esse Éden exista ou tenha alguma vez existido. Com salvaguarda das pressões próprias de cada época, sucede hoje o que vem sucedendo desde sempre: os poderes (todos os poderes) reclamam a caução da Universidade. Buscam nela, desde logo, a *auctoritas* do conhecimento consolidado. Mas procuram mais do que isso: a credibilidade moral que dela emana. E compreende-se que assim seja. Afinal, contra ventos e contra muitas marés, a Universidade continua a ser um precioso reduto de intransigência e de honestidade cívicas.

Em circunstâncias tão extremas, como enfrentar então os dois anátemas a que me refiro? Não vejo outra forma senão tentar alcançar compromissos realistas e sensatos: aproveitando a margem de verdade que existe em cada um deles mas sem deixar de ter em conta a componente de exagero própria de todos os antagonismos que se travam na esfera pública. A Universidade não pode alhear-se do mundo que a sustenta; mas não pode render-se às suas exigências nem ao seu erratismo natural. Para além das missões concretas que cada tempo impõe, a Universidade tem uma outra missão a cumprir: a de resistir ao efémero, assegurando a criação e a preservação de um lastro de conhecimento e de sabedoria que possa constituir-se como reserva e como semente de futuro.

2.

É com esse mesmo sentido de compromisso e de firme exigência que a Universidade de Coimbra se dispõe hoje a acolher no seu Colégio de Doutores Kay Rala Xanana Gusmão.

A proposta veio da Faculdade de Letras (do seu Diretor e do seu Conselho Científico); foi, depois, aprovada no Senado universitário, por unanimidade e aclamação. Embora o texto que fundamentava a proposta fosse já suficientemente claro, admito que possa ainda perguntar-se: porque há-de querer a Faculdade de Letras de Coimbra que Xanana Gusmão possa, a partir de hoje, usar o azul escuro das suas insígnias doutorais? Uma Faculdade que se distingue pela parcimónia com que concede estes graus, até agora quase sempre reservados a professores e investigadores; a Faculdade que abriu apenas exceções para distinguir dois escritores de quilate insuspeito como são Vergílio Ferreira e José Saramago, essa mesma Faculdade há-de querer distinguir hoje

o homem de Estado que Xanana Gusmão ainda é? Há-de querer a Universidade de Coimbra distinguir o resistente e o patriota já laureado com tantos prémios internacionais e até com outras distinções académicas? Sim, quer. E tem boas razões para ter tomado essa decisão. Refira-se, em primeiro lugar, que, ao contrário do que possa parecer, as Humanidades não estão – não podem estar – alheias às questões cívicas e políticas. Se virmos bem, na nossa Faculdade de Letras produz-se investigação e ministram-se cursos que tocam diretamente os fundamentos da esfera pública; mas esta iniciativa justifica-se também e sobretudo, porque o doutorando de hoje integra méritos que transcendem a sua condição de homem de estado.

Enquanto campo de conhecimento organizado, as Humanidades nasceram no século XV, em remissão direta para os textos e os valores da Antiguidade greco-latina. Em tempos em que o exclusivo da palavra divina se fazia sentir, os humanistas europeus operaram uma revolução extraordinária (talvez ainda não superada na história da vida intelectual do Ocidente), resgatando a palavra humana e fazendo dela um instrumento de análise dinâmica do mundo. Por isso, e ao contrário do que possa pensar-se, as Humanidades trazem consigo, desde a sua génese, uma marca de inquietação e de saudável anti-poder. É nessa abrangência e nesse *ethos* de questionação que devemos procurar as verdadeiras Humanidades: as de ontem e as de hoje. Quem pensa que um humanista é alguém que preferiu a tranquilidade do estudo à inquietude da intervenção não tem em conta o contributo que as Humanidades deram e continuam a dar para as grandes transformações sociais e políticas. Apesar de algumas aparências sombrias, é esse tipo de saber menos quantificável que nos vem tornando a todos um pouco mais humanos e mais justos. Sempre exercido com discrição, tem sido esse o papel da reflexão filosófica, histórica, geográfica, filológica, artística. E falo em discrição porque é bem conhecida a proverbial dificuldade das pessoas de Letras em propagandear o seu trabalho, o que, diga-se, quase sempre resulta em seu prejuízo.

Ao pedir o grau de doutor para Xanana Gusmão, portanto, a Faculdade de Letras de Coimbra permanece fiel ao seu múnus. Trata-se, em primeiro lugar, de uma personalidade portadora de um crédito político da maior relevância: impediu (ele e outros, pagando, por

isso preços, elevadíssimos) a absorção do seu país por uma potência vizinha, em circunstâncias que, para além de tudo, ditariam a diluição da identidade do seu povo. Lutou sacrificialmente pela construção de um Estado que possa corresponder a uma cultura e a uma nação pré-existentes. Digo “Lutou” mas todos sabemos que continua a lutar, embora hoje de outra forma.

Nesse esforço de resistência, o povo maubere teve de se servir das armas; mas desde que as armas se calaram (e já antes) serviu-se também de instrumentos culturais: a religião católica que, em Timor, sempre funcionou como “muralha de integridade” e que, na circunstância, encontrou na nobilíssima figura de D. Ximenes Belo, um intérprete providencial, e a Língua. Se é verdade que o cristianismo constitui a matriz dos valores da tolerância e do forte comunitarismo que caracteriza as vivências dos timorenses, a Língua portuguesa, embora não tão generalizada, situa-se praticamente no mesmo plano: serve-lhe de referência memorial, ajuda a manter elos entre as diferentes gerações, lá onde, ao contrário do que sucede entre nós, a ideia de ancianidade significa sabedoria e experiência, que importa conservar e transmitir.

3.

A decisão de consagrar constitucionalmente o Português como língua oficial de Timor Leste (a par do tétum) não deve ter sido fácil de tomar. Através dessa escolha, pode, no entanto, concluir-se que os governantes da nova nação tinham perfeita consciência do que se encontrava em causa. De facto, a Língua Portuguesa não era apenas a língua do antigo colonizador. Era também o idioma do seu melhor aliado na luta pela libertação nacional e tinha sido já a língua adotada pela resistência armada ao invasor. Além disso, o Português era também, sem dúvida, (na sequência de séculos de contacto e de recíproca interferência) a língua que melhor favorecia a implementação do tétum como verdadeira língua nacional de Timor Leste. Embora pudesse revelar-se mais compensadora, do ponto de vista económico, qualquer outra escolha implicaria necessariamente graves prejuízos identitários. E atrevo-me a pensar que ao espírito dos responsáveis timorenses há-de ter ocorrido este tipo de pensamento: quem tanto lutou pelas armas não poderia capitular de outra forma.

Mas os efeitos desta escolha não dizem apenas respeito ao povo timorense. Independentemente das razões geopolíticas que possam ter estado na sua origem, a opção pelo Português consagrada na Constituição da República Democrática de Timor Leste toca toda a Lusofonia. Mais: nas circunstâncias em que foi feita, essa escolha aviva em todos nós a noção do valor que uma Língua pode ter.

Hoje em dia, quando se fala em **valor**, tende-se para pensar apenas numa quantificação monetária. E é verdade que também nesse plano se devem fazer *somas*. Mas há outras contas que não devem ser esquecidas. No caso vertente, é necessário ter a noção de que se trata de uma Língua que nascida no século XIII, conheceu, ela própria, momentos emancipatórios do maior significado. Um deles foi a publicação de *Os Lusíadas*, em 1572. A publicação do género então considerado máximo conferiu à Língua Portuguesa a adulez de que ela carecia para fazer face ao prestígio de outras línguas antigas e modernas. De tal forma que, quando hoje nos referimos ao Português, não estamos apenas a referir-nos ao idioma de comunicação de mais de 200 milhões de falantes, com grande potencial de crescimento. Estamos a referir-nos, também, a uma Língua com história, que constitui a base das Literaturas de diferentes países; estamos, sobretudo, a referir-nos a uma Língua que sendo estruturalmente una, se tem revelado especialmente versátil, tendo já provado que sabe criar, manter e fazer evoluir identidades. E isto porque, como bem sabemos, não existem identidades estáticas.

Foi esta a Língua que os timorenses escolheram conscientemente, na senda, aliás, de todos os estados que nasceram em África, em resultado da descolonização portuguesa.

O papel de Xanana Gusmão nessa escolha foi da maior importância. E isso não deve admirar-nos. Para além dos motivos políticos que já enumerei, não-de ter contado, também, nesse seu particular empenhamento, motivos de natureza afetiva. Ele próprio aprendeu Português, desde cedo, leu e escreveu na Língua de seu pai. De tal forma que aquilo que julgo ter sido a sua estreia literária se consumou através de uma epopeia, justamente uma epopeia enaltecadora da história e do carácter do seu povo: refiro-me às *mauberíadas*, poema épico publicado em 1975, que assenta justamente num diálogo que um então muito jovem autor resolveu manter com o *opus* de Camões, publicado 403 anos antes. E Xanana Gusmão continuou a escrever poesia. Escreveu-a,

sobretudo, durante o período da resistência. Não admira assim que esses poemas escritos nas montanhas, possam ser lidos como uma extensão da própria luta que então levava a cabo por outros meios. São sempre poemas de tonalidade dialética, feitos de **urgência** e de **esperança**, de **denúncia** e de **exortação**, nisso residindo a tocante autenticidade que os define. Mas Xanana Gusmão também é pintor. Conhecem-se sobretudo os quadros que produziu na cadeia indonésia de Cipinang e que figuram no volume *Mar Meu*, publicado em 1998 e preciosamente prefaciado por essa outra grande figura da Lusofonia que é Mia Couto. Aí, porém, a tónica que predomina é a da evasão. Falo da evasão própria dos exilados, para quem se torna imperioso tornar presentes os lugares familiares, com nostalgia e, ainda e sempre... com esperança.

Pelos seus méritos carismáticos e também pelas sucessivas metamorfoses que atravessou, Xanana Gusmão pode ser considerado um verdadeiro herói do século XX. Em favor desta tese, contam a sua coragem, a sua perseverança, o seu idealismo, a busca incessante de um absoluto que tem o nome de Pátria. E se o seu heroísmo e a sua clarividência se tornaram indispensáveis para o seu povo, é manifesto que a aura de Xanana constitui também uma referência para o povo português, ele próprio tão carente de heróis. De resto, a particular ligação entre os dois povos tem sido confirmada através de intensas manifestações de solidariedade, selando um pacto informal, que a distância geográfica não perturba e a Língua comum, assim o esperamos, se encarregará de estreitar ainda mais, no futuro.

4.

Mas se, no passado, essa solidariedade se traduziu em manifestações de grande calor emocional, essa aliança deve hoje traduzir-se em formas de colaboração adequadas aos novos tempos. É necessário nomeadamente que Portugal se empenhe na consolidação da Língua comum, naquele que é o vértice geográfico mais afastado da Lusofonia. É imperioso que os dois estados encontrem formas de cooperação sistemática no domínio do Ensino. Sabemos, de fonte certa, que a Universidade de Coimbra já deu alguns passos nesse sentido e que, na medida das suas possibilidades, está disponível para dar todos os que se revelarem necessários. Os nossos colegas que se têm deslocado em missão docente, dizem-

-nos que o nome de Coimbra soa bem em Timor. E isso mesmo confirmam também os estudantes timorenses que temos entre nós. Por sua vez, Coimbra soa bem nos ouvidos de Xanana Gusmão. A ponto de, em tempos, ter querido tornar-se estudante na nossa Faculdade de Direito; sabe-se até que o desportista que também foi Xanana Gusmão nutre um especial carinho pelo clube dos estudantes. Dizem que esse carinho lhe terá vindo dos tempos em que defendeu (com a eficácia possível – porque o lugar é ingrato – mas, sobretudo, com muita valentia) as redes da Associação Académica de Díli.

Magnífico Reitor

O doutorando de hoje vem apresentado pelo Doutor Eduardo Lourenço. E não poderia ter-se encontrado testemunho mais seguro do que este. Já uma vez ouvi nesta mesma sala dois elogios a essa figura invulgar das Letras portuguesas e europeias: refiro-me aos bem fundamentados encómios que aqui foram proferidos pelos meus colegas Doutores Carlos Reis e José Carlos Seabra Pereira. Hoje, essa função cabe a um outro colega também especialmente habilitado para o efeito: o Doutor António Sousa Ribeiro, a quem aproveito para saudar, com amizade, dizendo-lhe o quanto me é grato emparceirar com ele neste momento, que decerto nenhum de nós vai esquecer. Não me cabendo a mim a demonstração dos méritos do Apresentante, quero apenas salientar aquilo que, de resto, todos sabem: que o Doutor Eduardo Lourenço, vindo do interior beirão para Coimbra, naquele ano cinzento e quase irreal de 1940, estudou, ensinou e aqui viveu tempos decisivos. A Coimbra regressa sempre que pode, com sentimentos de “filho pródigo”. E quem o ouve falar da Universidade e das figuras com quem por cá privou e continua a privar, não pode senão concluir que Coimbra lhe fez a ele o mesmo que faz a muitos de nós: venceu-lhe as resistências de razão e entranhou-se-lhe nos afetos. Eduardo Lourenço é um homem do mundo; mas também nessa condição constitui a prova de que a ligação afetiva e intelectual à *Alma Mater* não compromete o saber cosmopolita e abrangente que tanto lhe admiramos.

Proponho, pois, que celebremos a feliz circunstância de ver hoje sentados na teia da sala dos Atos e, em breve, nos cadeirais, lado a lado,

o incansável lutador do espírito que é Eduardo Lourenço e o lutador cívico invulgar que é Kay Rala Xanana Gusmão. Celebremos o facto de essa parceria imprevista entre o homem de S. Pedro do Rio Seco e o homem de Manatuto se fazer sob a égide da Língua Portuguesa e da Universidade de Coimbra. Da nossa Universidade de Coimbra que, como bem sabemos, consagra justamente nos seus Estatutos, como fim essencial, a “promoção e valorização da língua e da cultura portuguesas” (alínea b, do Artº 5º).

Magnífico Reitor Cancelário

No entendimento de que os méritos do Candidato ficaram suficientemente demonstrados, solicito formalmente que vos digneis conceder-lhe o título de Doutor Honoris Causa, permitindo a sua integração plena no nosso claustro académico.

Coimbra, 28 de Setembro de 2011

José Augusto Cardoso Bernardes
(Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Coimbra)